NOTA DE REPÚDIO ÀS AMEAÇAS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS E DE SOLIDARIEDADE AO POVO GUARANI

O Conselho Federal de Psicologia, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP) manifesta repúdio às ameaças de violência, às manifestações racistas e às tentativas de intimidação contra povos indígenas em Mato Grosso do Sul, denunciadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e expressa sua solidariedade às comunidades Guarani atingidas.

A representação encaminhada pela APIB ao Ministério Público Federal, à Procuradoria Regional Eleitoral e à Polícia Federal relata a circulação de cinco áudios com ameaças e manifestações discriminatórias associadas aos municípios de Tacuru e Nioaque, no contexto posterior ao segundo turno das eleições presidenciais de 2026. Entre os conteúdos denunciados estão referências ao envenenamento da água, ameaças de violência física e propostas de restrição ao acesso a serviços essenciais, à liberdade de circulação e ao exercício dos direitos políticos indígenas. O MPF já investiga a denúncia protocolada pela articulação.

A gravidade dessas denúncias exige apuração rigorosa e medidas preventivas urgentes. A associação entre identidade étnica e preferência eleitoral, acompanhada de intimidações e discursos de exclusão, representa uma grave ameaça aos direitos humanos, à democracia e à convivência entre os povos.

A preocupação também se insere em um cenário mais amplo de violência política contra povos indígenas durante o período eleitoral. Reportagem da Agência Pública publicada em outubro de 2026 reuniu relatos de ameaças, perseguições e mortes na Terra Indígena Votouro, no Rio Grande do Sul, além de intimidações contra os povos Yanomami, Kayapó, Munduruku e Parakanã, entre outros episódios. Esses registros reforçam a necessidade de enfrentar a violência contra os povos originários e de garantir condições para que suas comunidades exerçam seus direitos sem medo de represálias.

Para a Psicologia, a violência étnico-racial e política não se limita à ameaça imediata à integridade física. O medo, a insegurança e a intimidação atingem também a saúde mental, os vínculos comunitários, a autonomia coletiva e as condições de existência dos povos indígenas. As Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas, do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP), orientam a compreensão das realidades indígenas a partir de suas especificidades históricas, culturais e territoriais, reconhecendo a importância da garantia de direitos e do bem-viver.

A CDH/CFP cobra do Governo Federal e dos órgãos competentes uma resposta pública, articulada e efetiva às denúncias, com a apuração célere dos fatos, a identificação dos responsáveis, a proteção das pessoas ameaçadas e a adoção de medidas preventivas para assegurar a integridade das comunidades potencialmente atingidas. Também é fundamental que o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e as autoridades eleitorais atuem no âmbito de suas atribuições, com atenção à possível motivação étnico-racial e político-eleitoral das ameaças.

Diante da referência ao possível envenenamento da água, a Comissão considera indispensável que as autoridades competentes avaliem, com urgência e em diálogo com as lideranças indígenas, a segurança do abastecimento hídrico das comunidades mencionadas na representação, sem presumir a ocorrência de contaminação. A proteção deve respeitar a autonomia dos povos e assegurar que as medidas adotadas respondam às necessidades concretas das comunidades.

A democracia não se encerra nas urnas. O direito ao voto, à participação política, à vida, à segurança e à dignidade deve ser garantido a todas as pessoas, sem discriminação. Nenhuma divergência política autoriza ameaças, perseguições ou a negação de direitos fundamentais.

O Conselho Federal de Psicologia reafirma seu compromisso com a defesa incondicional dos direitos humanos, com o enfrentamento ao racismo e com a proteção dos povos indígenas. Solidariza-se com o povo Guarani e com todas as comunidades atingidas pela violência e cobra das instituições públicas respostas concretas para que as denúncias sejam investigadas, as pessoas ameaçadas sejam protegidas e episódios dessa natureza não permaneçam impunes.